



A Lei nº 13.467/2017, denominada de Reforma Trabalhista, promoveu significativas mudanças no Direito Material e no Direito Processual do Trabalho, tendo como linha condutora a redução de direitos e a desproteção do trabalhador, sobretudo o mais pobre. No âmbito do acesso à Justiça, diversas foram as alterações que, na essência, buscaram restringi-lo, sob a justificativa de benefícios à economia e necessidade de redução de despesas orçamentárias. No afã de cumprir seu desiderato ideológico e político, a Lei nº 13.467/2017 esbarrou em algumas normas constitucionais e atropelou outras. Diante dos diversos questionamentos que vêm sendo apresentados em relação à constitucionalidade da Reforma Trabalhista, mostra-se necessário um estudo sistemático sobre as alterações promovidas ante o direito fundamental de acesso à Justiça, a fim de permitir uma reflexão qualificada do juslaboralista e dos demais atores que enfrentam as vicissitudes trabalhistas.

Eduardo Milléo Baracat

Prefácio
Irene Patrícia Nohara

ACESSO À JUSTIÇA E A REFORMA TRABALHISTA

Análise da lei nº 13.467/2017

Área específica

DIREITO PROCESSUAL TRABALHISTA

Áreas afins

DIREITO CONSTITUCIONAL;
DIREITO DO TRABALHO

Público-alvo/consumidores

ADVOGADOS TRABALHISTAS;
ESTUDANTES DE DIREITO;
JUÍZES DO TRABALHO

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10001851

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1	
ACESSO À JUSTIÇA: EVOLUÇÃO E CONCEITO.....	21
1.1 Evolução histórica: da Antiguidade Clássica ao surgimento da jurisdição trabalhista	21
1.2 Acesso à Justiça: do Brasil Colônia à Constituição de 1988	29
1.3 O acesso ao direito como prerrogativa fundamental.....	38
1.4 O acesso à Justiça: princípio universal e direito fundamental.....	39
1.5 Direito de ação: assistência jurídica integral e gratuita e duração razoável do processo	43
1.6 Excesso de acessos	51
CAPÍTULO 2	
INTERPRETAÇÃO DO DIREITO	55
2.1 Interpretação da norma jurídica: evolução dos sistemas e teorias.....	55
2.1.1 O período das recepções e o direito comum	57
2.1.2 Jusracionalismo e o sistema fechado.....	58
2.1.3 Escola da Exegese francesa	60
2.1.4 Escola Histórica do Direito	62
2.1.5 Positivismo jurídico	65
2.1.6 Jurisprudência de interesses.....	67
2.1.7 Movimento do Direito Livre	68
2.1.8 Doutrina do Direito Justo.....	68
2.1.9 Uma última classificação: teorias subjetivas e objetivas.....	69
2.2 Classificação da interpretação jurídica	73
2.2.1 Quanto à origem da interpretação.....	73
2.2.2 Quanto aos resultados da interpretação.....	75
2.2.3 Quanto aos métodos de interpretação	75
2.2.3.1 Literal ou gramatical.....	76
2.2.3.2 Interpretação lógica	79
2.2.3.3 Interpretação histórica.....	79
2.2.3.4 Interpretação sistemática	81
2.2.3.5 Interpretação teleológica.....	82
2.3 Princípios específicos de interpretação constitucional	85
2.3.1 Princípio da supremacia da Constituição.....	86
2.3.2 Princípio da unidade da Constituição	87
2.3.3 Princípio de interpretação conforme a Constituição	88
2.3.4 Princípio da presunção de constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público.....	89
2.3.5 Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade: desvio de poder e interpretação constitucional.....	90
2.3.6 Princípio da efetividade	92
CAPÍTULO 3	
OBSTÁCULOS AO ACESSO EFETIVO À JUSTIÇA PELO TRABALHADOR	95
3.1 Obstáculos econômicos	95
3.1.1 Os custos do processo trabalhista e a falsa premissa da Lei nº 13.467/2017	95
3.1.2 Orçamento e estrutura da Justiça do Trabalho.....	102

3.2	Obstáculos processuais	108
3.2.1	Excesso de recursos e instâncias recursais	108
3.2.2	Dificuldade probatória do trabalhador.....	110
3.3	Obstáculos socioculturais	115
3.3.1	Desconhecimento dos direitos	115
3.3.2	Descrença no Poder Judiciário	117
3.4	Obstáculos psicológicos	119
3.4.1	Estigma do colaborador ingrato ou desleal.....	119
3.4.2	Receio de informações desabonadoras e listas sujas.....	121

CAPÍTULO 4

ALTERNATIVAS AO ACESSO EFETIVO À JUSTIÇA DO TRABALHO EM FACE DA LEI N^o 13.467/2017.....

4.1	Gratuidade da justiça e assistência judiciária gratuita: uma visão constitucional.....	123
4.2	Gratuidade: interpretação dos §§3 ^o e 4 ^o do art. 790 da CLT e aplicação supletiva do art. 99, §§2 ^o e 3 ^o do CPC.....	130
4.3	Ainda sobre a gratuidade da justiça no processo do trabalho: impactos sobre a atividade jurisdicional	147
4.4	Arquivamento pela ausência do reclamante à audiência: custas judiciais e a (in)constitucionalidade dos §§2 ^o e 3 ^o do art. 844 da CLT	150
4.5	Honorários advocatícios de sucumbência: interpretação do art. 791-A, <i>caput</i> , §§3 ^o e 4 ^o da CLT	165
4.5.1	(In)constitucionalidade do §4 ^o do art. 791-A da CLT e sua incidência nos casos de beneficiários da justiça gratuita.....	167
4.5.2	Honorários de sucumbência recíproca: critério do §3 ^o do art. 791-A da CLT	174
4.6	A disciplina dos honorários periciais prevista no art. 790-B, <i>caput</i> e §4 ^o da CLT: (in)constitucionalidade e o desvio de finalidade legislativa.....	176
4.7	Ações coletivas de sindicatos e do MPT	183
4.8	Tutela de urgência para antecipação da prova documental pelo empregador e a interrupção da prescrição trabalhista.....	188
4.8.1	Fundamentos para a antecipação da tutela de exibição de documentos pelo empregador	192
4.8.2	Interrupção da prescrição trabalhista: urgência contemporânea à propositura da ação.....	194
4.8.3	Requisitos da petição inicial e aditamento do pedido de tutela final.....	196
4.9	Produção de prova testemunhal durante a pandemia do Covid-19.....	198
4.9.1	Audiências por videoconferência: jurisprudência do CNJ	201
4.9.2	O valor probatório da declaração testemunhal escrita: falta de acesso à internet e análise do direito comparado	204
4.9.2.1	A ausência de acesso à internet para realização de audiência por videoconferência	204
4.9.2.2	A declaração testemunhal escrita nos ordenamentos jurídicos de Portugal, Itália e França.....	206

CAPÍTULO 5

ALTERNATIVAS À SOLUÇÃO JURISDICIONAL.....

5.1	Conciliação e justiça: necessário equilíbrio	215
5.1.1	Judicial	215

5.1.2	Extrajudicial	219
5.1.2.1	Comissões de Conciliação Prévia (CPPs)	220
5.1.2.2	Acordo extrajudicial e <i>res dubia</i> : interpretação do art. 855-B da CLT	223
5.2	Arbitragem no âmbito do Direito Individual do Trabalho: (in)constitucionalidade e alcance do art. 507-A da CLT	227
5.2.1	Conceito e alcance da arbitragem	227
5.2.2	Arbitragem, acesso à Justiça e juiz natural: jurisprudência do STF	232
5.2.3	(In)constitucionalidade do art. 507-A da CLT.....	237
5.2.4	Arbitragem de direitos patrimoniais disponíveis decorrentes de contrato individual de trabalho	241
5.2.4.1	Direitos patrimoniais disponíveis: arbitrabilidade objetiva.....	244
5.2.4.2	Arbitrabilidade subjetiva e hipossuficiência do trabalhador.....	250
5.2.4.3	Arbitragem extrajudicial e judicial e a atuação institucional do MPT	252
	COMPÊNDIO DAS CONCLUSÕES	259
	REFERÊNCIAS	265